



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS ESTRATÉGIAS “PARTICIPATIVAS” DA MINERADORA Vale S.A.¹

Joseline Simone Barreto Trindade²

e-mail : joseline@ufpa.br

Introdução

A Vale do Rio Doce começou a passar com seu mineroduto, sem pelo menos pedir licença...Agora, além da empresa ficar com parte de nosso chão, somos obrigados a conviver com água suja e poluída, estradas esburacadas, pressão psicológica e uma forte ameaça na integridade de nosso território (PNCSA, 2007, p.10).

Muitas são as comunidades quilombolas no Brasil que lutam pela permanência em seus territórios ancestrais, mas, em sua maioria estão em conflito com os mais diversos interesses sejam públicos ou privados.

O objetivo deste artigo é analisar os conflitos socioambientais que vem ocorrendo no território quilombola de Jambuaçu, no município paraense de Moju, a 82 km de Belém³, em particular, os produzidos pela intervenção da Vale S.A⁴. Em seguida, daremos enfoque as contradições das chamadas “estratégias participativas” que a empresa tem articulado no território quilombola de Jambuaçu, a exemplo do Estudo de Potencialidades para fins de Desenvolvimento Local, realizado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) (Vale-UFRA, 2009).

¹ Trabalho apresentado no Grupo de trabalho populações tradicionais, quilombolas e as políticas desenvolvimento, durante o Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais “Diversidades e (dês) igualdade”, Salvador, Ba, de 7 a 10 de agosto de 2011.

² Antropóloga, docente da Faculdade de Ciências Sociais Araguaia Tocantins, na disciplina Antropologia, Universidade Federal do Pará (Marabá-Pará).

³ O acesso às comunidades quilombolas é feito por meio de estrada não pavimentada, distando cerca de 20 km da sede municipal e da PA-151.

⁴ A Vale é a 2º maior mineradora do mundo. Atua também na implantação de logística: ferrovias, portos, minerodutos e navegação. Faz exploração e comercialização de ferro, manganês, níquel; cobre. Na cadeia do alumínio explora: alumínio primário, alumina e bauxita. Hoje a Vale tem presença, além do Brasil, em um conjunto bastante grande de mais de 35 países (está presente em África do Sul, Angola, Argentina, Austrália, Barbados, Canadá, Cazaquistão, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Coreia do Sul, Emirados Árabes, Estados Unidos, Filipinas, França, Gabão, Guiné, Índia, Indonésia, Japão, Libéria, Malásia, Malauí, Moçambique, Mongólia, Noruega, Nova Caledônia, Omã, Paraguai, Peru, República Democrática do Congo, Reino Unido, Suíça, Zâmbia, Tailândia, Taiwan) (Cruz Neto, sd)



A empresa iniciou em 2004, a instalação de parte de sua infraestrutura para transporte de bauxita, no âmbito do Projeto Mina de Bauxita Paragominas (PMBP)⁵. Foi instalado um mineroduto⁶ de 244 quilômetros entre Paragominas e Barcarena. O mineroduto e a linha de transmissão passam por sete municípios: Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açú, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena. (DOSSIÊ, CPT, 2006).

O território quilombola de Jambuaçu foi atravessado pelo mineroduto e pelo linhão de transmissão. Somado a isso, as estradas e infraestruturas que foram construídas pela Vale têm provocado assoreamento e consequentemente a morte de muitos igarapés. Os diferentes biomas e ecossistemas no território quilombola de Jambuaçu têm experimentado danos socioambientais muitas vezes irreversíveis (PNCSA, 2007). Vale lembrar que em décadas anteriores, Jambuaçu já vem sendo impactado com as empresas Reasa e Marborges, que cultivam dendê, tendo os rios e igarapés afetados com produtos químicos usados no cultivo desta palma.

1-Povos e comunidades tradicionais: diversidade sócio-cultural dos quilombos no Brasil

Um dos desafios cruciais da antropologia contemporânea é pensar os fenômenos identitários. Esse aspecto nos reporta a linha de pensamento de Almeida (2006) que propõe o conceito de unidades de mobilização e a produção de novas etnias que vem

⁵ O Estado do Pará concentra três projetos de produção de bauxita: Minas de Paragominas, (Vale); a de Juruti (Alcoa) ; e em Oriximiná (MRN). A Vale conta ainda com uma linha de transmissão de energia e uma mina de bauxita a céu aberto, a Miltônia 3, em Paragominas. A exploração da bauxita da mina de Paragominas é considerada pela Vale como essencial para o projeto de expansão da produção de alumina da Alunorte, empresa da Vale localizada no município paraense, Barcarena. Com a expansão, a Alunorte passará de 2,4 milhões de toneladas anuais de alumina para 4,2 milhões de toneladas. O investimento total da Vale nesse projeto está estimado em algo em torno de R\$ 2,6 bilhões, incluindo a exploração da mina, A mina de bauxita de Paragominas abastecerá a terceira expansão da Alunorte e igualmente a nova refinaria da Vale, a ABC. (Jorna Pessoal)

⁶ O tubo com cerca de 60 centímetros de diâmetro fica enterrado a uma profundidade de 1,5 metro. O material, a bauxita, é transformado numa espécie de polpa, após passar pelo processo de beneficiamento na usina. (Fonte: site da Vale)



ocorrendo no Brasil nas últimas décadas. Segundo o autor constitui agrupamentos cujas identidades são construídas a partir dos efeitos da ação: “deslocado”, “atingidos por barragens”. A categoria populações tradicionais designa agentes sociais numa diversidade de situações específicas: quebradeiras de coco babaçu, seringueiros.

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes, através de suas expressões organizadas, travam luta e reivindicam direitos face ao Estado (ALMEIDA, 2006, p, 88)

As décadas de 1980 e 90 viveram um período histórico no Brasil nunca antes observado de constituição de novas identidades coletivas. Essas identidades são construídas em torno de significados múltiplos (ambiental), carências comuns (direitos humanos) e defesa comunitária (direitos étnicos). Nesse contexto, os quilombolas, enquanto sujeitos e ao mesmo tempo conceito em construção são exemplos desse movimento de transformação da sociedade brasileira.

Mais do que conquistas constitucionais e jurídicas, a mobilização quilombola de visibilidade política, identitária, territorial e econômica vem buscando na etnicidade (BATH, 1998) um instrumento vigoroso de reivindicações políticas para construção de um País pluralista.

Nesse contexto, o Brasil e a Amazônia, em particular, vêm sendo *locus* de um processo de etnicidade quilombola, que embora, revestido de singularidades, remete a processos semelhantes ocorridos na Colômbia, Suriname e Venezuela (CARVALHO, 1996). Na Colômbia, por exemplo, foram feitas reformas substanciais na Constituição, em que entre outros direitos, “concedeu às comunidades negras da região do pacífico, direito coletivo aos territórios que ocupam tradicionalmente” (ESCOBAR; ROSERO; GRUESO, 2000, p. 301)

No Brasil, uma “nova sensibilidade jurídica” aliada a essa intensa mobilização identitária resultaram em profundas transformações na ordem jurídica brasileira (SHIRAIISHI, 2010, p. 09). A Constituição de 1988, instituiu o art 68, que garantiu o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

reconhecimento das terras de quilombos. Ainda que seja um processo lento e que passe por problemas de aplicação dos direitos constitucionais.

Somado ao significativo processo de emergência de identidade étnica que se reflete na organização política, objetivados em movimentos sociais, esses acontecimentos vêm suscitando pesquisas que buscam analisar a etnicidade expressa na identidade quilombola. Esses estudos vêm etnografando as territorialidades específicas e os conflitos inerentes a eles (ALMEIDA, 2000; ACEVEDO, 2004; PEREIRA JUNIOR, 2009; FARIAS JUNIOR, 2008).

Em um estudo no território quilombola de Alcântara, no Maranhão, Pereira Junior (2009) mostra como o projeto da empresa binacional Alcântara Cyclone Space provoca a perda de autonomia dentro de território quilombola, pois não podem mais pescar, caçar e fazer suas roças. O caso de Alcântara é um exemplo emblemático de etnocídio provocado pelo Estado em relação aos povos e comunidades tradicionais no Brasil.

2 - Conflitos socioambientais

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁷, o envolvimento de comunidades tradicionais em conflitos sociais no campo aumentou consideravelmente no último ano, chegando a representar cerca de um quarto do total dos conflitos registrados. Esta nova configuração dos conflitos no campo e ressalta a importância do debate do território, considerando-o como elemento central da questão agrária brasileira. “Está em jogo uma idéia de que os conflitos hoje não são só conflitos agrários *stricto sensu*, são conflitos sociais no campo que têm uma dimensão cultural, identitária e étnica.”(ALMEIDA,2010)

⁷ Segundo o último levantamento feito pela CPT, do total de 528 ocorrências registradas no decorrer de 2009, cerca de um quarto delas correspondia a povos indígenas e quilombolas, à comunidades de fundo de pastos e comunidades de faxinais, à quebradeiras de coco babaçu, à comunidades extrativistas na Amazônia, ribeirinhos e outras unidades sociais usualmente designadas como povos ou comunidades tradicionais (fonte: racismoambiental).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Os interesses dos agronegócios (soja, cana-de-açúcar, dendê, eucalipto, pecuária e carvoarias atreladas a guseiras), em conjunto com as ações de grandes projetos de infraestrutura (rodovias, barragens, hidrovias, aeroportos, portos) estão pressionando mais diretamente as terras tradicionalmente ocupadas. O aquecimento do mercado de terras está impondo novas tentativas de usurpação de direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais. Estas comunidades, agrupadas em torno de identidades coletivas, tem mostrado um formidável potencial de resistência à expansão dos agronegócios e à devastação ambiental. Na defesa dos recursos hídricos e florestais, tem inclusive colocado inúmeros condicionantes às chamadas agroestratégias, que visam incorporar a todo custo e de maneira célere novas extensões de terra ao mercado de commodities (ALMEIDA & ACEVEDO, 2009; ALMEIDA; SHIRAIISHI; MARTINS, 2005)

Esses acontecimentos têm permitido conhecer as opressões que as comunidades quilombolas vêm historicamente sofrendo. Ao contrário do que se possa imaginar, os conflitos contemporâneos se mostram tão intensos quanto os dos tempos de escravidão.

Atualmente, os conflitos sócioambientais, gerados pela ação de setores ligados à mineração, hidrovias (quilombolas do Capim, Moju e Acará), fazendeiros (Marajó, Colares), prejudicam de inúmeras formas a reprodução social dessas comunidades, provocando impactos socioambientais sérios por meio de derrubada de matas nativas e ciliares, da destruição de nascentes e da poluição e o assoreamento das águas (rios, igarapés e nascentes) através do uso intensivo e indiscriminado de agrotóxicos, além da invasão de suas terras. Não podemos esquecer que em relação aos projetos de mineração não está em jogo somente a exploração mineral, senão também o território, a jurisdição sobre ele, sua ocupação e ordenamento, e em consequência, as condições de existência das pessoas que os habitam” (SILVA, 2008, p, 32).

Merece atenção, nesse contexto, aquilo que a Rede Brasileira de Justiça⁸ vem chamando de Racismo Ambiental, ou seja, as *injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional, sobre etnias vulnerabilizadas. O Racismo Ambiental*

⁸C.f www.justicaambiental.org.br



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Levando em conta essa definição, podemos enquadrar nessa categoria a ação da Vale no território quilombola de Jambuaçu (PNCSA, 2007).

Na lógica de uma sociedade capitalista, as relações de produção e formas de propriedade vigentes determinam a primazia da apropriação dos territórios como “recursos naturais”, ou seja, como matérias utilizadas para a produção de mercadorias com vistas à acumulação de riqueza. Essa poderosa lógica condiciona a distribuição desigual das possibilidades de acesso, controle e uso dos diferentes territórios, assim como as lutas sociais em torno dessa distribuição.

Por outro lado, mesmo sendo essa luta assimétrica, a “noção de natureza passou a ser recolocada por meio de um intenso processo de mobilização, compreendendo diversas práticas de preservação dos recursos naturais apoiadas em uma consciência ambiental aguda, e pela oposição manifesta dos movimentos sociais a interesses de empreendimentos econômicos predatórios”(ALMEIDA, 2010)

Essa abordagem crítica permite uma nova transversalidade temática e transdisciplinar, que circunscrevam numa mesma problemática, situações constantemente excluídas da “questão ambiental”: tais como os conflitos entre comunidades tradicionais (pescadores, indígenas, quilombolas) e os grandes projetos econômicos (construção de hidrelétricas, expansão da fronteira das monoculturas de exportação, mineradoras). E como corrobora ACSELRAD:

Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles. (ACSELRALD, 2010, p.103).

O presente trabalho apresenta reflexões decorrentes da pesquisa que estamos iniciando, e inscreve-se na problemática teórica acima esboçada, ao tratar especificamente do papel dos conflitos socioambientais, a partir de estudo de caso que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

procurará entender os processos e conflitos que resultam na atual forma de ocupação do território quilombola de Jambuaçu.

2.1-Quilombos e conflitos sócioambientais no Pará: o caso de Jambuaçu-Moju

No Pará, as comunidades quilombolas de Jambuaçu, do município de Moju, a 82 km de Belém, vivem em situação de conflito com a Companhia Vale. Um dos motivos do conflito é a construção de um mineroduto para transportar caulim, que integra o Projeto Mina de Bauxita Paragominas, cujo objetivo é atender as estratégias de expansão da refinaria de alumina, de sua subsidiária Alumina do Norte do Brasil (Alunorte), de Barcarena (PA), ligando Paragominas ao complexo industrial de Vila do Conde (Barcarena). O mineroduto e a linha de transmissão passam por sete municípios: Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açú, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena. (DOSSIÊ, CPT Guajarina, 2006)

No total são 14 comunidades quilombolas, dentre as quais 10 já receberam o título coletivo da terra e as restantes estão com os processos de titulação em andamento junto ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa), conforme rege o artigo 68 dos dispositivos transitórios da Constituição Brasileira de 1988, que garante o direito ao título coletivo da terra e integralidade territorial para os quilombolas que nela habitam.

Uma questão que intensifica os conflitos entre os quilombolas e a empresa é o não cumprimento dos acordos que fazem parte das ações compensatórias pelos danos ambientais, sociais e econômicos provocados pelo empreendimento da mineradora na área, que previam, dentre outras coisas, a recuperação de 33 km de estrada que cortam as terras quilombolas, a reforma de duas pontes e idenizações pela passagem do mineroduto de bauxita e da linha de transmissão, que deveriam ser em valores superiores e pagas ao coletivo, já que as terras são coletivas (Pereira, 2008).

Em 2006, a queda de uma ponte na comunidade de São Bernardino, por pouco não vitimiza dezenas de pessoas que participavam de uma reunião do Projeto Nova Cartografia. A estrada é recortada por várias pontes, construídas de madeira e em condições precárias. Elas não suportam o movimento frenético de caminhões da Vale



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

que circulam na comunidade, provocando acidentes como o que ocorreu na ponte de São Bernardino (ACEVEDO, 2006, UNAMAZ-PNCSA)

Após esse incidente, ainda em 2006, em decorrência do descumprimento da mineradora no prazo de finalização das obras de infra-estrutura prometidas, foi instaurado um novo conflito. Indignados, líderes das comunidades derrubaram uma torre de linha de transmissão de energia da empresa e um grupo com cerca de 300 pessoas bloqueou a estrada de acesso ao canteiro de obras do mineroduto, na comunidade de Santa Maria de Tracuateua. Neste mesmo ano o Ministério Público em Moju obrigou a empresa assinar um novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para agilizar a finalização das obras, estipulando uma multa diária de R\$ 5 mil por dia de atraso (ACEVEDO, 2010; PEREIRA, 2008).

Em fevereiro de 2007, em uma reunião realizada no Colégio Sagrada Família, em Ananindeua, “os quilombolas falaram e foram falados por seus representantes o que nesse campo de negociação, como lugar de concorrência pelo poder significa romper o monopólio do direito de falar e agir” (ACEVEDO, 2010). Nesse contexto os quilombolas de Jambuaçu já estavam com suas associações e com o Conselho organizados e desenvolveram várias estratégias para negociar com a Vale.

Em 2009, os quilombolas tentaram fechar a estrada para forçar a negociação com a empresa. Resultando numa ação judicial contra três lideranças que foram acusados de terem comandado a invasão na Estação de São Bernardino. A Ação pode ser considerada como uma estratégia da Vale de desarticular a organização dos quilombolas, neutralizando suas principais lideranças.

O Ministério Público Federal (MPF) promoveu, em setembro de 2010, uma reunião em Belém com dirigentes da Vale e lideranças quilombolas para uma tentativa de acordo, mas a empresa não aceitou as propostas apresentadas. Participaram da reunião os presidentes das associações, representante da CPT, Unamaz, representantes da Vale e MPF.



Anteriormente, em 2008 ficou estabelecido que a mineradora deveria apresentar programas de geração de renda e diversificação da produção agrícola para as áreas impactadas pelo empreendimento. O projeto de geração de renda foi idealizado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e previa o atendimento a 399 famílias quilombolas. Em vez de implantar o projeto, a empresa preferiu entrar na Justiça contra a comunidade, propondo acordo em que apenas 58 famílias seriam beneficiadas.

Em novembro de 2010, o MPF entrou na Justiça com ação em que pediu a suspensão das atividades da mineradora da Vale na mina Miltônia 3, em Paragominas, no sudeste paraense, incluindo a linha de transmissão de energia e o minerotudo que transporta a bauxita até a refinaria da Alunorte em Barcarena, na região metropolitana de Belém. Segundo o MPF, a Vale não cumpriu pré-requisitos do licenciamento ambiental que tinham o objetivo de amenizar impactos socioambientais causados pelo empreendimento à comunidade quilombola de Jambuaçu. A ação judicial solicita à Justiça que determine imediatamente o pagamento de compensação mensal no valor de cinco salários mínimos para cada uma das 788 famílias remanescentes de quilombo e a implantação de projeto de geração de renda na comunidade. O MPF pede multa diária de R\$ 1 milhão caso a Vale não cumpra a decisão judicial requerida. Baseado na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabelece que qualquer descumprimento das determinações do licenciamento ambiental pode levar à suspensão ou ao cancelamento da licença. Nas diversas fases do licenciamento ambiental, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) impôs uma série de obrigações à Vale. Segundo os procuradores da República Bruno Araújo Soares Valente e Felício Pontes Jr. “Essa proposta é pífia se confrontada com os danos sobre o território”. Na ação o MPF também denuncia que, ao propor o acordo na Justiça, a Vale omitiu do juízo, do Ministério Público do Estado do Pará e da comunidade, a existência de pré-requisitos exigidos no licenciamento (Boletim, MPF, dez, 2010).

3 - O Estudo de potencialidades e a potência da invisibilidade

Paralelo a esses acontecimentos que ocorreram nos últimos dez anos, algumas ações da Vale, e que contraditoriamente ao conjunto de arbitrariedades promovidas pela



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Empresa, procuraram seguir o documento *Toolkit* de Desenvolvimento de comunidades, elaborado pelo Grupo do Banco mundial e o Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM) para “reforçar a capacidade dos governos, do setor privado e **das comunidades** de gerirem o desenvolvimento mineral de forma a contribuir mais eficazmente para o desenvolvimento sustentável de longo prazo das regiões minerais. Esse manual de ferramentas foi traduzido pela Vale, com objetivo de maior difusão dessas estratégias. Incentivando o engajamento dos *stakeholders*, como eles chamam as comunidades que são atingidas por projetos de mineração. No lugar de atingidos, eles passam a ser retoricamente tratadas como comunidades aliadas ao investimento”. (TOOLKIT, sd)

Em 2008, a Universidade Federal Rural da Amazônia em um convênio com a Vale desenvolveu um Estudo de Potencialidades para fins de Desenvolvimento Local. A metodologia denominada Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local (GESPAR), seguiu uma linha bem parecida com as orientações do *Toolkit*. A GESPAR é uma metodologia que se integra a uma dinâmica já existente e favorece as mudanças de acordo com o grau de envolvimento dos atores sociais. Ela abrange o desenvolvimento empresarial, institucional e comunitário (UFRA, 2009, p. 6).

Merecem destaque dois aspectos: i) o relatório do estudo em nenhum momento faz referencia a implantação de mineroduto da Vale no território quilombola, invisibilizando os problemas sociomambientais desencadeados pelo empreendimento, que conforme relatamos anteriormente, são de grandes proporções; ii) a forma como a coordenação do Estudo se refere ao manejo dos recursos naturais dos quilombolas de Jambuaçu, pois são criticados e responsabilizados pelas condições precárias do solo, devido a prática agrícola de corte e queima.

Na apresentação do Estudo é mencionado o uso racional dos recursos naturais: “em algumas áreas a redução da cobertura florestal, por exemplo, tem sido mais intensa, sugerindo a necessidade de medidas que diminuam as pressões antrópicas”. Por outro lado, o estudo, que consiste “em coletar informações sobre o território”, não expõe nada sobre as questões relacionadas a projetos de mineração, plantação de dendê e danos



sócioambientais provocados por eles. Então, a que pressões antrópicas o estudo se refere?

Como alternativa ao manejo tradicional considerado “predatório”, a Vale e a UFRA noticiaram em 2009, o plantio de 2.800 mudas de Castanheira do Brasil, principal ação do projeto de enriquecimento de capoeiras com a utilização desta espécie florestal no território quilombola. Segundo Paulo de Tarso Eremita, que coordena o trabalho pela UFRA, o projeto tem a finalidade de contribuir para a “recuperação de áreas alteradas na região, **ocasionados pelo manejo tradicional empregado na agricultura:**

Neste tipo de manejo, ocorre a derrubada de árvores e queima do terreno para o cultivo, com o plantio, iniciaremos o processo de recomposição desse espaço com espécie florestal frutífera, de reconhecido valor econômico, transformando o Jambuaçu numa unidade demonstrativa para esse tipo de atividade (Paulo de Tarso, Informativo, UFRA)

O coordenador ressalta também o caráter participativo do projeto:

Todas as etapas do projeto plantio, manutenção e monitoramento (do crescimento até a produção) serão conduzidas pelos técnicos da Universidade, com a participação dos moradores que, para isso, terão cursos de capacitação em implantação e manejo para auxiliarem nas atividades (Diário do Pará, 5-07-2009).

Nas propagandas que circulam nos jornais e pela internet, a iniciativa é lardeada como o primeiro projeto desenvolvido coletivamente pelos quilombolas daquela área, após o estudo que mapeou as principais atividades produtivas do território e identificou os projetos viáveis para serem implantados em busca de geração de renda às 500 famílias que moram na região.

Segundo a matéria publicada no Diário do Pará, em 05 de julho de 2009, a Vale prometeu investir um total de R\$ 650 mil nos três anos de atuação do projeto. **Os recursos integram um conjunto de investimentos da mineradora** para o território do Jambuaçu, que ultrapassa os R\$ 4 milhões, aplicados em empreendimentos como a construção e manutenção da Casa Familiar Rural, recuperação de estradas vicinais e construção de áreas de lazer para os moradores.



Esses discursos remontam também as estratégias empresariais que acionam a questão ambiental e na perspectiva de Leite Lopes:

à medida mesmo que a temática se impõe e o movimento avança, os empreendedores eles próprios, causadores principais da degradação ambiental, também se apropriam da crítica à sua atuação e procuram usa-la a seu favor. O campo empresarial passa a dividir-se entre o pólo da acumulação primitiva ambiental e o pólo da apropriação da crítica, da “responsabilidade ambiental”, e mesmo da produção voltada para a viabilização da produção limpa e ambientalmente correta, acompanhada de novos lucros materiais e simbólicos. Entre esses pólos situam-se práticas que ora usam um ou outro elemento característico dos pólos típico-ideais opostos, de forma pragmática, como parte de estratégias no interior do campo. Tanto trabalhadores quanto partes das populações atingidas por danos ambientais passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações (LEITE LOPES, 2006)

Na fala de José Flávio Alves⁹, há uma referência à identidade quilombola, e uma tentativa de agregar à castanha um valor identitário:

O cultivo das castanheiras contribui para a manutenção da espécie e, no futuro, poderá também contribuir para a geração de renda às famílias, além de ajudar a manter a tradição dos moradores, cuja coleta do fruto, a nossa ‘Castanha do Pará’, faz parte da cultura do povo quilombola (Diário do Pará, 2009)

Essas estratégias de “gestão de conflito” (Toolkit, sd) promovida pela Vale no território quilombola de Jambuaçu, onde acionam várias ferramentas com intuito de controlar os conflitos, entram em profunda contradição com os impactos ocasionados pela empresa à integridade cultural dos quilombolas baseada na Convenção 169 da Organização Internacional do trabalho (OIT), onde no art. 6º, 1 diz: “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas suscetíveis de afetá-los diretamente”.

A Vale vem sucessivamente desrespeitando, com atitudes autoritárias, tentando impor sobre às comunidades quilombolas impactos sócio econômicos de grandes proporções. Alguns dos impactos negativos que podem ser observados são:

⁹ Gerente de Saúde, Segurança e Suporte às Operações da Mina de Bauxita Paragominas da Vale.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

assoreamento do rio Jambuaçu e seus afluentes, com rebaixamento das águas dificultando ou mesmo impedindo a navegação; escurecimento das águas; desaparecimento dos peixes e prejuízos à atividade pesqueira; abatimento de mais de 150 castanheiras produtivas; e doenças, como irritações na pele de quem se banha nestas águas. A perda das condições de navegabilidade desse rio, além da alteração da qualidade das águas do rio e dos igarapés. A pesca desapareceu desses cursos d'água. Em uma oficina realizada em setembro de 2010, com o PNCSA, um grupo de lideranças do território quilombola de Jambuaçu deu continuidade ao mapeamento da situação dos igarapés, e rios do território quilombola, e relataram as condições em que se encontram os rios e igarapés. Nos relatos foi recorrente os desastres ambientais que os empreendimentos vem provocando em seu território.

Por outro lado, os discursos das estratégias participativas dos estudos realizados pela UFRA-Vale, não apresentam a realidade das condições que se encontram as comunidades. Tentam apresentar paliativos sem de fato visibilizar os problemas provocados com os projetos que desde a década de 1970 atinge os quilombolas de Jambuaçu: plantação de dendê e mais recentemente o mineroduto da Vale.

Referência Bibliográfica

ACSERALD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. 2010. Revista Estudos Avançado 24 (68)

ACEVEDO MARIN, ROSA. 2004. Julgados da terra cadeia de apropriação e atores sociais em conflito na ilha de Colares, Pará.

-----2006. A ponte de São Bernardino: atos de irracionalidade no planejamento das intervenções da CVRD no território quilombola de Jambuaçu. PNCSA-UNAMAZ

-----2010. Estratégias dos quilombolas de Jambuaçu e projetos da vale s.a no Moju Pará IN ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org) et alli. Territórios quilombolas e conflitos. Manaus: PNCSA, ED. UEA. Cadernos de debates Nova cartografia social, v 1 n 2 p 49-61



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In O'DWYER, Eliane Cantarino (org) Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV:ABA,2000.

-----2004. Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais. Boletim Informativo do Nuer, Florianópolis, S, v2, n 02,

-----2006. Terras tradicionalmente ocupadas-terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto. Coleção Tradição e ordenamento jurídico PNCSA, Manaus.

ALMEIDA, A. W.; SHIRAIISHI, J. ; MARTINS, C. 2005. Guerra ecológica nos babaçuais. O Processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luis. Lithograf

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Campanha de (des) territorialização da Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terra IN BOLLE. W.; CASTRO, Edna; WEJMEKA, Marcel. (orgs) Amazonia: região universal e teatro do mundo pode determinar os rumos do planeta ea a sobrevivência da espécie humana. São Paulo: Globo, 2010. 312 p.

BARTH, F. 1998. Grupos étnicos e suas fronteiras in POUTIGNAT; STREFF-FENART, 1998 Teorias de etnicidade. São Paulo, Unesp

CARVALHO, José Jorge de. 1996. Rio das Rãs. UNB, Brasília.

Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina. Dossiê. Impactos do projeto “ Mina de bauxita Paragominas. Sobre o território quilombola , município de Moju. Ananindeua, 2006 (manuscrito)

ESCOBAR, A; GRUESO, L; ROSERO, C. 2000. O processo de organização da comunidade negra na costa meridional do Pacífico da Colômbia. In ESCOBAR, A; ALVAREZ S.; DAGNINO, E. (orgs) 2000. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte, Ed. UFMG,

FARIAS Junior, Emanuel de Almeida. 2008. Tambor urbano: identidade quilombola e deslocamento compulsório . A construção da identidade quilombola a partir de uma ação oficial de deslocamento compulsório em novo Airão, Amazonas. Dissertação de Mestrado. UFAM. Manaus.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre Processos de “ambientalização” dos conflitos sobre dilemas da participação. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006

MINEIRO, Adhemar (2011) O Estado brasileiro e a política da Vale. II Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, Belo Horizonte, Abril de 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PEREIRA, Carmela Morena Zigoni. 2008 Conflitos e identidades do passado e do presente: política e tradição em um quilombo na Amazônia. Brasília, UNB, PPAS

PEREIRA JÚNIOR, Davi. Quilombolas de Alcântara: território e conflito - o intrusamento do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space. Manaus: Ed. UFAM, 2009 p 69-101

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. 2007. Fascículo 3 - Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Quilombolas de Jambuaçu-Moju -Pará.

SILVA PUERTA, Claudia. Tierras baldias, territorios de nadie? geopolitica de un proyecto minero em la guajira colombiana In SUÁREZ, C. E; ARANGO, V. Geopolíticas: espacios de poder y poder de los espacios. Medellín: La carreta editores, 2008, p. 31-50

SHIAISHI NETO, Joaquim (org) 2010. Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil. Manaus: PPGAS-UFAM;UEA Edições.

TOOKIT FERRAMENTAS PARA DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES VERSÃO PRELIMINAR ICMM; BANCO MUNDIAL; ESMAP

UFRA VALE, 2009. Comunidade quilombolas. Estudo de potencialidades para fins de desenvolvimento local do desenvolvimento integrado Produção e renda, Belém, UFRA.

Site:

- ONG Amazônia - www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm

- Rede Brasileira de Justiça Ambiental – www.justicaambiental.org.br acessado em 28 de janeiro de 2011.

- Comissão Pastoral da Terra – www.cpt-nac.org.br entrevista com o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida.(2010)

-MPF- http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-pede-a-justica-suspensao-de-atividades-de-mina-da-vale-no-para acessado em 28 de Janeiro de 2011.

- Jornal Diário do Pará <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-50686-VALE+PLANTA+2.800+CASTANHEIRAS+EM+MOJU.html>Diário do Pará on line. 5 de julho de 2009 acessado em 3 de fevereiro de 2011.